Sustentabilidade do Contrato de Gerações

Janela de oportunidade demográfica: estrutura populacional ainda é favorável à Previdência, temos duas a três décadas de prazo para suavizar a transição

- 1. Mercado de Trabalho
  - 1.1. Ciclo de Formalização na atual década
    - Retomada da geração de empregos formais
    - Melhores salários e crescimento massa salarial
    - Gera futuro ciclo de concessão de novos benefícios
  - 1.2. Taxa de Informalidade ainda alta
    - Necessidade de apoiar ciclo de formalização mediante políticas
    - Heterogeneidade da informalidade requer abordagens variadas, por setor
  - 1.3. Custo da Contribuição Previdenciária
    - Impacto da alíquota sobre geração de emprego
    - Busca de bases de financiamento alternativas
    - Alíquota brasileira alta em comparação à experiência internacional
- 2. Financiamento
  - 2.1. Base tradicional: Folha salarial
    - Relação contribuição-benefício
    - Contribuição como pressuposto para benefício
  - 2.2. Bases suplementares para elementos redistributivos
    - Redistribuição como desejo da sociedade
    - Financiamento a partir de recursos de toda sociedade, no Orçamento da Seguridade Social
  - 2.3. Incentivos no mercado de trabalho e efeitos redistributivos
    - Bases Folha e Faturamento têm efeitos redistributivos concentradores, são repassadas aos preços
    - Se for, desoneração parcial, gradativa, sem desfinanciamento da Previdência
    - Desoneração parcial com migração para faturamento pode redistribuir custo do financiamento da Previdência para setores com baixa geração de emprego
    - Simples já atua com base alternativa
- 3. Desenvolvimento Rural
  - 3.1. Diversificação do Espaço Rural
    - Dificuldade crescente de diferenciar urbano de rural
    - Rural como espaço geográfico, não mais como sinônimo de agricultura
  - 3.2. Estratégias Pluriativas da Agricultura Familiar
    - Adição de valor à Agricultura Familiar
    - Estabilidade do número de segurados
  - 3.3. Cobertura Previdenciária na Área Rural
    - Dificuldades com assalariados rurais
    - Prazo até julho de 2008 para buscar solução
    - Boa cobertura na Agricultura Familiar, importante papel social da Previdência Rural
  - 3.4. Desenvolvimento do Agribusiness
    - Dinamismo recente como um dos eixos de desenvolvimento do país
    - Adequação da Emenda 33 - isenta exportação agrícola de contribuir à Previdência?
- 4. Diferenciação das Regras ou Homogeneização?
  - 4.1. Argumento da dupla jornada
    - Indicadores mostram gradual convergência de indicadores de mercado de trabalho entre homens e mulheres
      - Participação feminina crescente
      - Informalidade decrescente
      - Diferencial de remuneração diminuindo
  - 4.2. Visão transversal
    - Homens têm melhores postos de trabalho que mulheres...
    - ...Logo: É justo que homens subsidiem as mulheres.
- 8. Assistência Social
  - 8.1. Coordenação Previdência-Assistência
    - Previdência e Assistência devem estar coordenadas, suplementando-se
    - Evitar incentivos inadequados (contra contribuição) e sobreposições
  - 8.2. Impactos sobre Pobreza e Distribuição de Renda
    - Previdência/Assistência Social têm elevado impacto sobre redução da pobreza entre idosos no Brasil
    - Impactos de gastos adicionais seria menor na Previdência que no Bolsa-Família (Argumento Paes de Barros)
    - Hoje há garantia de benefício mínimo no valor de 1 SM
- 9. Experiências Internacionais
  - 9.1. Nenhum modelo deve ser transplantado
    - Cada país tem uma cultura, uma tradição
    - Modelos bismarckiano e beveridgiano se mesclam
  - 9.2. Fenômeno de reformas é mundial
    - Ajustes a transformações demográficas e sociais
    - Na América Latina, re-reformas, corrigindo erros do modelo neoliberal
    - Fórmulas de Benefício e Ajuste que incluem fatores demográficos
  - 9.3. Boas práticas e bons exemplos
    - Pacto de Toledo na Espanha como forma de negociação suprapartidária
    - Esforço de universalização de cobertura, soluções de acordo com realidade local, ninguém achou a solução definitiva
- 10. Demografia
  - 10.1. Transição demográfica brasileira
    - Queda da mortalidade de adultos e idosos
    - Queda da fecundidade
    - Influência reduzida da migração internacional
  - 10.2. População muda no longo prazo
    - Maior período de duração de benefícios
    - Menor número de contribuintes
    - Maiores riscos de invalidez com população trabalhadora com idade média crescente
  - 10.3. Mudanças na estrutura das famílias
    - Mudam chefes de família
    - Domicílios multigeracionais
    - Apenas um dos membros do casal

Requer aprofundamento da Política de Saúde e Segurança do Trabalho- dor e da Prevenção de Doenças e Incapaci-dades Profissionais

Gerações da Previdência Social

- 8.3. Vinculação da Previdência e da LOAS ao Salário Mínimo
  - Benefícios acima do SM estão indexados à inflação
  - Política de reajuste do SM no longo prazo acima da inflação e seus Impactos fiscais
- 8.4. Modelos Internacionais
  - Modelo "Beveridgiano" de Garantia de Benefício Mínimo não-contributivo, focalizado ou Não (Proposta Chile)
  - Modelo "Assistencial" de Mínimo de Existência pós-contribuição

- 7. Funcionalismo Público
  - 7.1. Regime Próprio ou Regime Geral?
    - Metade dos países do mundo têm RPPS, metade não têm
    - Tratamento diferenciado ou privilégio?
    - Como tratar militares?
  - 7.2. Opção Estratégica do Brasil
    - Brasil possui RPPS na União, Estados e Municípios
    - Decisão, no Governo Lula, de fazer Convergência de Regras com RGPS, deixando opção de integração para futuro
  - 7.3. Reforma no Brasil
    - Emendas Constitucionais 20/98, 41/03 e 47/05
    - Impactos importantes, mas segue desequilíbrio atuarial
    - Novos ajustes beneficiariam finanças públicas de União, Estados e Municípios
  - 7.4. Tendências de Reforma no Mundo
    - Integração de regimes ou convergência de regras
    - Em qualquer caso são realizados ajustes paramétricos
    - Diferenciação por meio da Previdência Complementar

- 6. Modelos de Gestão
  - 6.1. Participação tripartite direta ou na supervisão?
    - Hoje temos Conselho Nacional de Previdência Social, consultivo
    - Criar/Transformar CNPS em Conselho Fiscal do INSS?
  - 6.2. Experiências internacionais
    - Maioria dos conselhos e' consultiva
    - Como resolver conflito entre participação social e responsabilização do gestor pelos órgãos de controle?
    - Poucos casos de participação direta de trabalhores e empregadores na gestão
  - 6.3. Governança e Fluxo de Informações
    - Criação de canais de acesso a informações
    - Linguagem usada na comunicação deve ser compreensível para não-especialistas

- 4. Mulher e Previdência
  - 4.3. Visão do ciclo de vida
    - Mulheres vivem mais que homens e aposentam-se mais cedo...
    - ...Logo: homens subsidiam muito as mulheres
  - 4.4. Experiência Internacional
    - Diferenciação não segue Fundamento Técnico/Indicadores de Gênero
    - Tendência de convergência de critérios para aposentadoria
    - Inserção das mulheres no mercado de trabalho requer outras políticas sociais (acesso a creches, por exemplo)
  - 4.5. Regras de Pensão no Brasil desviam dos Padrões Internacionais
    - Sem limites de Idade ou duração do benefício
    - Taxa de reposição sempre é de 100%
    - Sem regras de acumulação com outro benefício ou salário
    - Brasil gasta 30% em pensões, enquanto parâmetro mundial é cerca de 10%
  - 4.6. Cuidados de Longo Prazo
    - Aumento de expectativa de vida gera risco de custos catastróficos devido a saúde fragilizada na idade muito avançada
    - Principais afetados são as mulheres, que tem maior expectativa de vida e são as cuidadoras
    - Hoje coberto por adicional de 25% sobre aposentadoria quando necessitando de cuidador

- 5. Cálculo do Déficit
  - 5.1. Cálculo Atual Baseado na LRF e 8.212/8.213
    - Considera base legal atualmente existente
    - Computa receitas especificas e as compara com gastos que contem elementos de redistribuição de renda
    - Gasto assistencial (LOAS, RMV) não faz parte do resultado do INSS
  - 5.2. Argumento do Superávit da Seguridade Social
    - Considera fontes elencadas na CF 1988 para Prev., Saúde e Assistência
    - Há distorções: DRU é constitucional, receita da Seguridade foi inflada intencionalmente desde 1988
    - Orçamento da Seg. Social sempre tem que ter resultado nulo, Saldo Previdenciário positivo ou negativo está contido no Orçam. Seg. Social
  - 5.3. Calculo Novo Proposto
    - Separa contabilmente Urbano de Rural por terem lógicas diferentes
    - Computa Renúncias Previdenciárias como receitas não realizadas a serem compensadas
    - Resultado mais transparente, permite mostrar onde quais medidas de gestão darão resultados
    - No curto prazo (4-5 anos) não há estouro, no longo prazo fatores estruturais afetam resultado
  - 5.4. Argumento da Irrelevância do Cálculo do Déficit
    - Impacto macroeconômico dado pelo volume da despesa
    - Valor total da despesa brasileira fora do parâmetro mundial, mas também Previdência brasileira tem mais elementos redistributivos
    - Para a sustentabilidade, o importante e' o volume de transferências entre gerações